



**INSTITUTO
FEDERAL**
Sul-rio-grandense

Gestão de Riscos de Recursos Extraorçamentários do IFSul

1ª edição - Publicado em junho de 2023.

Sumário

Apresentação	3
Conceitos	4
Gestão de Risco	4
Disposições Finais	5

Apresentação

Este documento foi elaborado com o intuito de auxiliar os campus e reitoria para identificar os possíveis riscos em processos que envolvem os recursos extraorçamentários, no âmbito do Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFSul), buscando a gestão adequada para eficiência institucional.

Os recursos extraorçamentários possuem o caráter de transitoriedade, ou seja, destinado a projetos específicos e/ou complementação orçamentária, cujo fomento se dá entre os órgãos do Governo Federal através de Termo de Execução Descentralizada (TED) ou por destinação de Deputados através de Emendas Parlamentares. Sendo assim, tais recursos poderão ou não compor a Lei Orçamentária Anual (LOA). É através da Instrução Normativa do IFSul 05/2019 que foram instituídas as regras e orientações a serem adotadas para celebração de TED, no âmbito da instituição.

São objetivos da gestão de riscos:

- assegurar que os responsáveis pela tomada de decisão, em todos os níveis do órgão ou entidade, tenham acesso tempestivo a informações suficientes quanto aos riscos aos quais está exposta a organização, inclusive para determinar questões relativas à delegação, se for o caso;
- aumentar a probabilidade de alcance dos objetivos da organização, reduzindo os riscos a níveis aceitáveis; e
- agregar valor à organização por meio da melhoria dos processos de tomada de decisão e do tratamento adequado dos riscos e dos impactos negativos decorrentes de sua materialização.

Com o objetivo de colocar em prática a Política de Gestão de Riscos, foram estabelecidas as diretrizes para implementação da gestão de riscos no IFSul, por meio da Instrução Normativa nº 01/2019 do Comitê de Governança, Riscos e Controles.

Os principais processos a serem identificados os riscos estão dispostos no quadro a seguir.

Principais Processos
<p>Captação – Execução – Prestação de contas*</p> <p>*não é necessário para recursos previstos na LOA.</p>

Conceitos

Política de Gestão de Risco - A Política de Gestão de Riscos constitui uma declaração das intenções e diretrizes gerais de uma organização relacionadas à gestão de riscos.

Termo de Execução Descentralizado (TED) - Instrumento por meio do qual é ajustada a descentralização de crédito entre órgãos e/ou entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, para execução de ações de interesse da unidade orçamentária descentralizadora e consecução do objeto previsto no programa de trabalho, respeitada fielmente a classificação funcional programática.

Emenda Parlamentar - Instrumento que o Congresso Nacional pode utilizar na fase de apreciação legislativa para influir no processo de elaboração do orçamento anual. Por meio das emendas parlamentares os deputados e senadores podem opinar ou influir na alocação de recursos públicos em função de compromissos políticos que assumiram durante seu mandato, tanto junto aos estados e municípios quanto a instituições.

Gestão de Risco

O Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFSul) estabeleceu sua Política de Gestão de Riscos, com base na Instrução Normativa Conjunta MP/CGU nº 01/2016 e nas necessidades institucionais.

A seguir são apresentados os principais riscos que poderão impactar o bom andamento dos procedimentos apresentados por este guia.

Não recebimento do crédito no exercício vigente que havia sido proposto pelo órgão concedente / parlamentar nos prazos estabelecidos		
Probabilidade:	() baixo (x) médio () médio-alto () alto	
Impacto:	() baixo () médio () médio-alto (x) alto	
Id	Dano (descrever sucintamente o possível dano)	
1.	Impossibilidade de atendimento das demandas viabilizadas na instituição previstas para o ano com o respectivo recurso dentro dos prazos estabelecidos	
Id	Ação Preventiva (o que fazer para o possível dano não ocorrer)	Responsável
1.	Mobilização junto ao órgão concedente / parlamentar do recurso para descentralização do crédito	Reitor
Id	Ação de Contingência (caso o dano ocorra, o que será feito)	Responsável
1.	Readequação das demandas prioritárias da instituição com outros créditos	Diretores/ Chefes de Administração

Ausência de documentação pertinente à proposta apresentada: declarações, termo de referência, projeto de engenharia, planilha de custos, etc.			
Probabilidade:	<input type="checkbox"/> baixo	<input type="checkbox"/> médio	<input checked="" type="checkbox"/> médio-alto <input type="checkbox"/> alto
Impacto:	<input type="checkbox"/> baixo	<input type="checkbox"/> médio	<input type="checkbox"/> médio-alto <input checked="" type="checkbox"/> alto
Id	Dano (descrever sucintamente o possível dano)		
1.	Frustração da execução devido ausência na capacidade de execução pela instituição		
Id	Ação Preventiva (o que fazer para o possível dano não ocorrer)	Responsável	
1.	Planejamento com antecedência dos processos de compras, contratações e obras	Diretores/ Chefes de Administração	
Id	Ação de Contingência (caso o dano ocorra, o que será feito)	Responsável	
1.	Planejamento emergencial para execução do crédito	Diretores/ Chefes de Administração	
Inadimplência na prestação de contas			
Probabilidade:	<input type="checkbox"/> baixo	<input checked="" type="checkbox"/> médio	<input type="checkbox"/> médio-alto <input type="checkbox"/> alto
Impacto:	<input type="checkbox"/> baixo	<input type="checkbox"/> médio	<input type="checkbox"/> médio-alto <input checked="" type="checkbox"/> alto
Id	Dano (descrever sucintamente o possível dano)		
1.	Impedimento de novos repasses pelos órgãos concedentes		
Id	Ação Preventiva (o que fazer para o possível dano não ocorrer)	Responsável	
1.	Acompanhamento e encaminhamento da prestação de contas dentro do prazo estipulado na legislação	Chefes de Administração	
Id	Ação de Contingência (caso o dano ocorra, o que será feito)	Responsável	
1.	Abertura de processo de tomada de contas especial	Chefes de Administração	

Disposições Finais

As disposições estabelecidas neste documento podem sofrer alterações para atendimento de determinações legais, nesse caso, passará a vigorar a legislação mais atual.